

SUMÁRIO

I	CONCEITO, NATUREZA JURÍDICA E AUTONOMIA DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	1
1.1	Conceito	1
1.2	Natureza jurídica	3
1.3	Autonomia do Direito Processual do Trabalho.....	4
1.4	Neoprocessualismo ou formalismo valorativo no processo do trabalho.....	9
1.5	O processo do trabalho, o CPC e os microsistemas de tutela individual e coletiva	16
II	HISTÓRIA DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO.....	19
2.1	Breves observações sobre a evolução do Direito Processual do Trabalho em alguns países do mundo.....	19
2.1.1	França	19
2.1.2	Itália	20
2.1.3	Alemanha.....	21
2.1.4	Estados Unidos	21
2.1.5	Grã-Bretanha	25
2.2	Evolução no Brasil.....	25
III	FONTES DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	33
3.1	Fontes materiais.....	33
3.2	Fontes formais.....	33
IV	INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	47
4.1	Interpretação do Direito Processual do Trabalho.....	47
4.1.1	Técnicas de interpretação da lei	50

4.1.1.1	Quanto ao método	50
4.1.1.2	Quanto à origem	54
4.1.1.3	Quanto aos resultados	54
4.2	Integração	55
4.3	As lacunas da Lei Processual Trabalhista, o art. 769 da CLT e a aplicação subsidiária do atual Código de Processo Civil	58
4.4	Aplicação	63
4.5	Eficácia da norma.....	64
4.5.1	Aplicação da norma processual no tempo.....	70
4.5.2	Aplicação da norma processual no espaço	71
V	FORMAS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS	79
5.1	Autodefesa.....	81
5.2	Autocomposição.....	81
5.3	Heterocomposição	89
5.3.1	Arbitragem.....	89
5.3.2	Jurisdição	103
VI	ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	111
6.1	Introdução.....	111
6.2	Tribunal Superior do Trabalho	111
6.3	Tribunais Regionais do Trabalho	116
6.4	Varas do Trabalho	118
6.5	Da magistratura do trabalho: ingresso, garantias e vedações.....	119
6.6	Dos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho	121
VII	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.....	123
7.1	Origem e conceito	123
7.2	O Ministério Público do Trabalho e a Constituição de 1988	124
7.3	Estrutura organizacional	130
7.3.1	Princípios institucionais.....	130
7.4	Garantias, prerrogativas e proibições	131
7.4.1	Garantias	131
7.4.2	Prerrogativas.....	132
7.4.3	Vedações.....	133
7.5	Ministério Público do Trabalho	134
7.5.1	Ministério Público do Trabalho: metas e atribuições	135
7.6	Conselho Nacional do Ministério Público.....	146
VIII	PRINCÍPIOS PROCESSUAIS.....	149
8.1	Aspectos introdutórios	149
8.2	Princípios constitucionais	152
8.2.1	Princípio da igualdade ou isonomia.....	152

8.2.2	Princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário ou acesso ao Poder Judiciário	156
8.2.3	Princípio do contraditório e princípio da ampla defesa	159
8.2.4	Princípio da imparcialidade do juiz	162
8.2.5	Princípio da motivação das decisões.....	162
8.2.6	Princípio do devido processo legal.....	164
8.2.7	Princípio da razoável duração do processo	164
8.2.8	Princípio do juiz natural	164
8.2.9	Princípio da liceidade das provas.....	164
8.2.10	Princípio da autoridade competente	166
8.2.11	Princípio da publicidade dos atos processuais.....	166
8.2.12	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	167
8.3	Princípios do processo civil	167
8.3.1	Princípio da demanda ou da ação.....	167
8.3.2	Princípio da concentração dos atos processuais.....	168
8.3.3	Princípio da oralidade	169
8.3.4	Princípio da instrumentalidade	170
8.3.5	Princípio da cooperação	171
8.4	Princípios do processo do trabalho	171
8.4.1	Princípio do <i>jus postulandi</i>	171
8.4.2	Princípio da proteção	172
8.4.3	Princípio da conciliação.....	175
8.4.4	Princípio da normatização coletiva	176
8.4.5	Princípio da ultrapetição.....	176
IX	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	179
9.1	Competência: conceitos introdutórios	179
9.2	Regras gerais para se verificar qual o órgão competente	180
9.3	Critérios fixadores da competência	181
9.4	Classificação.....	184
9.4.1	Competência originária e derivada	184
9.4.2	Competência relativa e competência absoluta	185
9.4.3	Competência de juízo ou por distribuição	186
9.5	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	187
9.6	Competência da Justiça do Trabalho.....	188
9.6.1	Competência material da Justiça do Trabalho (<i>ratione materiae</i>).....	189
9.6.1.1	Relação de trabalho	192
9.6.1.2	Relação de trabalho e relação de consumo.....	193
9.6.1.3	Relação de trabalho e servidores da administração pública	199
9.6.1.4	Relação de trabalho e entes de direito público externo.....	202

	9.6.1.5	Competência para ações envolvendo o exercício do direito de greve	205
	9.6.1.6	Ações envolvendo sindicatos e suas representações	207
	9.6.1.7	Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	207
	9.6.1.8	Dano patrimonial e dano moral.....	210
	9.6.1.9	Penalidades administrativas aplicadas pelo Poder Executivo	212
	9.6.1.10	Contribuições previdenciárias	213
	9.6.1.11	Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho	215
	9.6.2	Competência em razão da pessoa (<i>ratione personae</i>)	216
	9.6.3	Competência em razão da função	217
	9.6.3.1	Varas do Trabalho	217
	9.6.3.2	Tribunais Regionais do Trabalho	218
	9.6.3.3	Tribunal Superior do Trabalho.....	218
		9.6.3.3.1 Tribunal Pleno.....	219
		9.6.3.3.2 Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC)	220
		9.6.3.3.3 Seção Especializada em Dissídios Individuais (SDI).....	222
		9.6.3.3.4 Turmas.....	223
	9.6.4	Competência territorial ou de foro.....	223
	9.6.5	Modificação da competência na Justiça do Trabalho	230
	9.6.6	Conflitos de competência	234
	9.6.7	Incompetência da Justiça do Trabalho	235
X	AÇÃO TRABALHISTA		239
	10.1	Aspectos gerais	239
	10.2	Conceito e natureza jurídica	240
	10.3	Condições da ação no Código de Processo Civil/2015	243
		10.3.1 Legitimidade das partes	244
		10.3.2 Interesse de agir.....	246
		10.3.3 Possibilidade jurídica do pedido.....	246
	10.4	Momentos para se verificar as condições da ação	247
	10.5	Elementos da ação.....	248
		10.5.1 Partes	248
		10.5.2 Causa de pedir.....	249
		10.5.3 Pedido.....	250
	10.6	Classificação das ações	252
		10.6.1 Ação de conhecimento ou cognitiva	252
		10.6.2 Ações executivas.....	254

10.6.3	Ação cautelar	254
10.6.4	Ação mandamental.....	255
10.6.5	Ação executiva <i>lato sensu</i>	255
10.7	Tutela jurisdicional	255
XI	PROCESSO E PROCEDIMENTO	257
11.1	Aspectos introdutórios	257
11.2	Pressupostos processuais.....	259
11.3	Pressupostos processuais de existência	260
11.4	Pressupostos processuais de validade.....	261
11.5	Pressupostos processuais negativos	263
11.6	Procedimento.....	263
11.6.1	Procedimento comum.....	264
11.6.2	Procedimento especial	267
11.7	Procedimento para ações que não envolvam relação de emprego e para ações especiais que tramitam na Justiça do Trabalho.....	268
XII	ATOS, TERMOS, PRAZOS E NULIDADES PROCESSUAIS	271
12.1	Atos processuais	271
12.2	Espécies de atos processuais	273
12.3	Termos processuais	274
12.4	Forma dos atos processuais.....	275
12.5	Comunicação dos atos processuais.....	279
12.6	Prazos processuais.....	285
12.6.1	Preclusão	287
12.6.2	Contagem do prazo	288
12.6.3	Suspensão e interrupção dos prazos.....	290
12.6.4	Principais prazos e prazos diferenciados	291
12.7	Nulidades processuais.....	293
12.7.1	Princípios das nulidades processuais	296
12.7.1.1	Princípio da instrumentalidade das formas ou da finalidade	296
12.7.1.2	Princípio do prejuízo ou da transcendência.....	296
12.7.1.3	Princípio da convalidação ou da preclusão	297
12.7.1.4	Princípio da economia processual	298
12.7.1.5	Princípio do interesse	299
12.7.1.6	Princípio da utilidade	299
XIII	PARTES E PROCURADORES	301
13.1	Partes.....	301
13.2	Capacidade de ser parte.....	302
13.3	Capacidade de estar em juízo (capacidade processual)	303
13.3.1	Representação e assistência no direito processual.....	306

13.4	Capacidade postulatória.....	311
13.5	Substituição processual.....	319
13.5.1	Legitimação extraordinária	322
13.5.2	Legitimação autônoma.....	323
13.5.3	Representatividade adequada e pertinência temática.....	324
13.6	Sucessão processual.....	328
13.7	Litisconsórcio.....	331
13.7.1	Conceito e classificação.....	331
13.7.2	Efeitos ou regime do litisconsórcio	339
13.8	Da responsabilidade por dano processual	340
13.9	Despesas processuais	344
13.9.1	Isenção de custas.....	348
13.10	Assistência judiciária gratuita e benefício da justiça gratuita.....	354
13.11	Honorários advocatícios	359
XIV	PETIÇÃO INICIAL	367
14.1	Noções introdutórias	367
14.2	Requisitos da petição inicial	369
14.3	Pedido	378
14.3.1	Regras	378
14.3.2	Cumulação dos pedidos.....	379
14.3.3	Requisitos para cumulação de pedidos.....	381
14.4	Indeferimento da petição inicial	381
14.5	Da improcedência liminar do pedido	384
XV	AUDIÊNCIA.....	387
15.1	Conceito	387
15.2	Aspectos gerais	389
15.3	Procedimento e regras da audiência trabalhista	391
15.3.1	Local, horário e duração	391
15.3.2	Audiência una e em prosseguimento	393
15.3.3	Do procedimento e do comparecimento das partes	395
15.3.4	Da ausência das partes e seus efeitos.....	403
XVI	RESPOSTA DO RÉU.....	409
16.1	Considerações iniciais	409
16.2	Contestação.....	410
16.2.1	Defesas processuais.....	412
16.2.2	Defesa do mérito.....	416
16.2.2.1	Defesa direta	416
16.2.2.2	Defesa indireta.....	417
16.2.2.2.1	Prescrição e decadência	418
16.2.2.2.2	Compensação e retenção	434

	16.2.2.2.3	Prescrição nas ações coletivas	435
	16.2.2.2.4	Compensação	437
16.3		Das exceções	439
	16.3.1	Exceção de suspeição e impedimento	441
	16.3.2	Procedimento para alegação.....	443
	16.3.3	Exceção de incompetência.....	445
16.4		Reconvenção	448
16.5		Revelia.....	451
XVII		DAS PROVAS	457
17.1		Conceito	457
17.2		Classificação das provas	458
17.3		Princípios probatórios	459
17.4		Objeto da prova	461
	17.4.1	Carteira profissional	462
17.5		Ônus da prova.....	463
	17.5.1	Aspectos subjetivos e objetivos do ônus da prova.....	464
17.6		CrITÉRIOS de avaliação da prova pelo juiz.....	472
17.7		Meios e fontes de provas.....	474
17.8		Proibição da prova ilícita.....	474
17.9		Prova emprestada.....	476
17.10		Produção antecipada da prova	479
17.11		Meios de prova.....	480
	17.11.1	Depoimento pessoal e interrogatório.....	480
	17.11.2	Confissão	482
		17.11.2.1 Espécies de confissão	483
	17.11.3	Documentos	486
	17.11.4	Arguição de falsidade documental	489
	17.11.5	Exibição de documento ou coisa	490
	17.11.6	Ata notarial	492
	17.11.7	Prova testemunhal	493
	17.11.8	Prova pericial.....	498
	17.11.9	Inspeção judicial	505
XVIII		DA FASE DECISÓRIA	507
18.1		Sentença.....	507
18.2		Espécies (fundamentos) da sentença	509
	18.2.1	Hipóteses de sentença sem resolução do mérito: art. 485 do CPC/2015.....	510
	18.2.2	Hipóteses de sentenças com resolução do mérito: art. 487 do CPC.....	513
18.3		Requisitos da sentença.....	513
18.4		Classificação das sentenças	518

18.4.1	Sentenças declaratórias	518
18.4.2	Sentenças constitutivas.....	519
18.4.3	Sentenças condenatórias	519
18.4.4	Sentenças mandamentais	520
18.4.5	Sentenças executivas <i>lato sensu</i>	521
18.5	Hipoteca judiciária.....	521
18.6	Defeitos da sentença	522
18.7	Intimação da sentença	526
18.8	Juízo de retratação.....	527
18.9	Decisões parciais de mérito	527
XIX	COISA JULGADA.....	529
19.1	Introdução e conceito	529
19.2	Coisa julgada: formal e material.....	532
19.3	Sistema de formação ou produção da coisa julgada	535
19.4	Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada	541
19.4.1	Limites objetivos	541
19.4.2	Limites subjetivos da coisa julgada	543
XX	TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	545
20.1	Conceito e características.....	545
20.2	Natureza jurídica dos recursos	547
20.3	Distinção entre recursos e outros meios de impugnação	547
20.4	Classificação dos recursos	556
20.4.1	Quanto à extensão do inconformismo ou da matéria impugnada	557
20.4.2	Quanto à fundamentação: de fundamentação vinculada e de fundamentação livre.....	557
20.4.3	Quanto ao objeto imediato do recurso: extraordinário e ordinário	558
20.4.4	Quanto à independência/autonomia do recurso: autônomo ou dependente	559
20.5	Princípios recursais no processo do trabalho.....	561
20.5.1	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	561
20.5.2	Princípio da taxatividade	562
20.5.3	Princípio da singularidade, unirecorribilidade ou unicidade recursal	564
20.5.4	Princípio da conversibilidade ou fungibilidade.....	564
20.5.5	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	566
20.5.6	Princípio da dialeticidade	566
20.5.7	Princípio da consumação.....	567
20.5.8	Princípio da voluntariedade	568
20.6	Peculiaridades dos recursos trabalhistas.....	568

20.7	Efeitos dos recursos.....	569
20.7.1	Efeito obstativo.....	569
20.7.2	Efeito devolutivo.....	570
20.7.3	Efeito suspensivo.....	572
20.7.4	Efeito translativo.....	573
20.7.5	Efeito extensivo.....	574
20.7.6	Efeito substitutivo.....	574
20.7.7	Efeito regressivo.....	574
20.8	Juízo de admissibilidade.....	575
20.9	Pressupostos recursais.....	576
20.9.1	Pressupostos intrínsecos.....	576
20.9.2	Pressupostos extrínsecos.....	580
20.10	Contrarrazões.....	593
20.11	Documentos na fase recursal.....	594
XXI	RECURSOS TRABALHISTAS EM ESPÉCIE.....	595
21.1	Recurso ordinário.....	595
21.1.1	Juízo de retratação.....	597
21.1.2	Processamento do recurso ordinário.....	598
21.1.3	Recurso ordinário no rito sumaríssimo.....	601
21.2	Recurso de revista.....	601
21.2.1	Requisitos de admissibilidade do recurso de revista.....	602
21.2.2	Hipóteses de cabimento.....	605
21.2.2.1	Do requisito da transcendência.....	610
21.2.3	Recurso de revista na fase de execução.....	611
21.2.4	Recurso de revista no rito sumaríssimo.....	612
21.2.5	Processamento do recurso de revista.....	613
21.2.6	Uniformização de jurisprudência.....	614
21.2.7	Recurso de revista em demandas repetitivas.....	616
21.3	Recurso de embargos no TST.....	622
21.3.1	Embargos infringentes.....	623
21.3.2	Embargos de divergência.....	623
21.4	Agravo de petição.....	625
21.5	Agravo de instrumento.....	627
21.6	Agravo regimental ou interno.....	630
21.7	Embargos de declaração.....	630
21.7.1	Hipóteses de cabimento.....	631
21.7.2	Embargos de declaração com efeito infringente (modificativo).....	632
21.7.3	Embargos de declaração e o prequestionamento.....	633
21.7.4	Do processamento dos embargos de declaração.....	634
21.7.5	Embargos de declaração protelatórios.....	634

21.8	Recurso adesivo	634
21.9	Pedido de revisão.....	635
21.10	Incidentes processuais	636
21.10.1	Incidente de resolução de demandas repetitivas	638
21.10.2	Incidente de resolução de recursos repetitivos (IRRR).....	645
21.10.3	O incidente de resolução de recursos repetitivos e a Lei 13.015, de 21 de junho de 2014.....	647
21.10.4	Incidente de assunção de competência	649
21.10.5	Do incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	650
21.10.6	Da reclamação	651
XXII	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	653
22.1	Aspectos Introdutórios.....	653
22.2	Liquidação por cálculos.....	655
22.3	Liquidação por arbitramento.....	660
22.4	Liquidação por artigos.....	661
22.5	Natureza jurídica da sentença de liquidação	662
22.6	Impugnação à sentença de liquidação	664
XXIII	EXECUÇÃO TRABALHISTA.....	667
23.1	Aspectos introdutórios	667
23.2	Títulos executivos.....	669
23.3	Princípios estruturais da execução.....	672
23.4	Execução provisória e definitiva	675
23.4.1	Execução provisória.....	675
23.4.2	Execução definitiva.....	681
23.5	Legitimidade	682
23.5.1	Legitimidade ativa.....	682
23.5.2	Legitimidade passiva	683
23.6	Responsabilidade patrimonial	683
23.6.1	Responsabilidade patrimonial na sucessão trabalhista.....	684
23.6.2	Responsabilidade da empresa pertencente ao mesmo grupo econômico que não tenha participado do processo na fase de conhecimento.....	685
23.6.3	Responsabilidade do devedor subsidiário	687
23.6.4	Responsabilidade do sócio.....	688
23.6.5	Responsabilidade de ex-sócios e administradores no âmbito trabalhista	694
23.6.5.1	Responsabilidade patrimonial de ex-sócios pelas dívidas trabalhistas empresariais	699
23.7	Fraude contra credores e fraude à execução	705
23.8	Execução por quantia certa contra devedor solvente	708
23.8.1	Penhora	710

23.8.2	Defesa na execução	715
23.8.2.1	Embargos.....	715
23.8.2.1.1	Embargos à execução	715
23.8.2.1.2	Embargos à penhora.....	719
23.8.2.1.3	Embargos de terceiro.....	720
23.8.3	Exceção de pré-executividade	721
23.8.4	Prescrição intercorrente	722
23.8.5	Trâmites finais da execução.....	724
23.8.5.1	Arrematação	725
23.8.5.2	Adjudicação	728
23.8.5.3	Remição da execução	729
23.9	Execução contra a Fazenda Pública	729
23.9.1	Legitimidade passiva	730
23.9.2	Cumprimento da decisão.....	730
23.9.3	Recurso.....	731
23.9.4	Precatório	732
23.9.5	Requisição de Pequeno Valor (RPV).....	735
23.10	Execução sobre as parcelas previdenciárias.....	736
23.10.1	Termos de conciliação homologados judicialmente – acordo judicial	737
23.10.2	Sentença judicial	739
23.11	Execução de obrigação de fazer e não fazer.....	740
XXIV	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS TRABALHISTAS.....	743
24.1	Conceito de Procedimentos Especiais.....	744
24.2	Requisitos dos procedimentos especiais	745
24.2.1	Requisito material.....	745
24.2.2	Requisito processual	745
24.3	Características dos procedimentos especiais.....	745
24.4	Instrução Normativa 39/2016 e Instrução Normativa 41/2018	748
24.5	Dissídio coletivo de trabalho	756
24.5.1	Negociação coletiva de trabalho	760
24.5.2	A Emenda Constitucional 45/2004 e os reflexos no poder normativo.....	766
24.5.3	O “comum acordo” (§ 2º do art. 114 da Constituição Federal).....	767
24.5.4	Limites do poder normativo pelos Tribunais do Trabalho	771
24.5.4.1	Limite mínimo.....	772
24.5.4.2	Limite máximo	774
24.5.5	O papel do Ministério Público do Trabalho nos dissídios coletivos.....	776
24.5.5.1	Dissídio coletivo ajuizado pelo Ministério Público do Trabalho	779

24.5.6	Sentença normativa	781
24.5.7	Dissídio coletivo de greve de servidores públicos estatutários.....	784
24.5.8	Tutela provisória de urgência com caráter satisfativo	790
24.5.9	Coisa julgada formal e material na sentença normativa.....	792
24.6	Ação de cumprimento	796
24.6.1	Conceito	796
24.6.2	Natureza jurídica da ação de cumprimento	798
24.6.3	Competência.....	801
24.6.4	Objeto da ação de cumprimento.....	802
24.6.5	Coisa julgada	803
	24.6.5.1 Coisa julgada <i>erga omnes</i>	803
	24.6.5.2 Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	803
	24.6.5.3 Coisa julgada <i>rebus sic stantibus</i>	806
24.6.6	Litispêndência da ação de cumprimento coletiva com a ação individual	816
24.7	Inquérito para apuração de falta grave	817
24.7.1	Conceito	817
24.7.2	Processamento.....	819
24.7.3	Prazo.....	820
24.7.4	Efeitos da sentença judicial.....	821
24.8	Processo de jurisdição voluntária para homologação de acordo extrajudicial.....	821
XXV	OUTRAS AÇÕES CABÍVEIS NO PROCESSO DO TRABALHO.....	827
25.1	Ação rescisória.....	827
25.1.1	Hipóteses de cabimento da ação rescisória	830
25.1.2	Competência.....	842
25.1.3	Legitimidade.....	843
25.1.4	Rescisória em relação à sentença homologatória de acordo individual	845
25.1.5	Juízo rescindente e rescisório	847
25.1.6	Petição inicial	848
25.1.7	Processamento.....	850
25.1.8	Prazo.....	853
25.1.9	Recurso.....	855
25.1.10	Tutela provisória de urgência na ação rescisória	857
25.2	Mandado de segurança.....	859
25.2.1	Conceito	859
25.2.2	Competência.....	860
25.2.3	Hipóteses de cabimento e peculiaridades do mandado de segurança	862
25.2.4	Hipóteses de não cabimento do mandado de segurança....	863

25.2.5	Processamento.....	866
25.2.6	Mandado de segurança coletivo.....	871
25.2.7	Legitimidade do Ministério Público do Trabalho para propor mandado de segurança coletivo.....	873
25.2.8	Recursos	875
25.2.9	Prazos recursais.....	875
25.3	<i>Habeas corpus</i>	876
25.3.1	Processamento.....	878
25.4	<i>Habeas data</i>	879
25.5	Ação de consignação em pagamento.....	883
25.6	Ação anulatória (de nulidade) de cláusula ou de acordo ou convenção coletiva de trabalho.....	886
25.6.1	Denominação	889
25.6.2	Natureza jurídica.....	890
25.6.3	Objeto	894
25.6.4	Legitimidade ativa.....	899
25.6.5	Legitimidade passiva	907
25.6.6	Competência material para julgamento das ações anulatórias	908
25.6.7	Competência hierárquica ou funcional para julgamento das ações anulatórias.....	908
25.6.8	Reflexos processuais da decisão judicial	911
25.7	Ação monitoria.....	913
25.7.1	Conceito	913
25.7.2	Processamento.....	915
25.8	Ações possessórias	916
25.8.1	Hipóteses de cabimento na Justiça do Trabalho	917
25.8.2	Processamento.....	917
25.8.3	Interdito proibitório.....	917
25.9	Tutelas provisórias.....	919
25.9.1	Tutela provisória e sua classificação atual.....	920
25.9.2	Prazo de duração da tutela provisória.....	923
25.9.3	Poder geral de cautela e de satisfação do direito material ..	923
25.9.4	Pressupostos da tutela de urgência.....	924
25.9.5	Tutela provisória de urgência de natureza cautelar	925
25.9.6	Estabilização da tutela de urgência satisfativa.....	926
25.9.7	Arresto.....	927
25.9.8	Sequestro.....	928
25.9.9	Busca e apreensão	929
25.9.10	Exibição	929
25.9.11	Produção antecipada de provas.....	929
25.9.12	Justificação.....	930

25.9.13	Protesto, notificação e interpelação.....	931
25.9.14	Atentado.....	931
25.9.15	Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	932
25.9.16	Procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	936
25.9.17	Da tutela da evidência.....	938
25.9.17.1	Conceito.....	938
25.9.17.2	Hipóteses de tutela de evidência.....	938
25.10	Inquérito civil.....	939
25.10.1	Referências nos textos legais federais e estaduais.....	941
25.10.2	Natureza jurídica do inquérito civil.....	942
25.10.3	Papéis atribuídos ao inquérito civil.....	943
25.10.4	Principais características do inquérito civil.....	943
25.10.5	Procedimento preparatório.....	944
25.10.6	Desdobramentos do inquérito civil.....	945
25.10.6.1	Arquivamento.....	945
25.10.6.2	Diligências.....	946
25.10.6.3	Celebração de Termo de Ajuste de Conduta (TAC).....	946
25.10.6.4	Objeto do TAC.....	949
25.10.6.5	Possibilidade de desarquivamento do inquérito civil.....	950
25.10.6.6	Poder de requisição.....	951
25.10.6.7	Poder de notificação.....	951
25.10.6.8	Poder de recomendação.....	951
25.10.6.9	Poder de inspeção e de realização de diligências.....	952
25.10.6.10	Poder de realização de audiências públicas.....	953
25.11	Ação civil pública.....	954
25.11.1	Objeto da ação civil pública.....	955
25.11.2	Natureza jurídica.....	957
25.11.3	Obrigações de fazer, não fazer e de suportar.....	957
25.11.4	Cominação de multas e <i>astreintes</i> na ação civil pública.....	959
25.11.5	Competência funcional territorial.....	962
25.11.6	Antecipação dos efeitos da tutela.....	963
25.11.7	Alcance e efeitos da coisa julgada.....	965
25.12	Ação civil coletiva.....	967
25.12.1	Conceito.....	967
25.12.2	Natureza jurídica da ação civil coletiva.....	969
25.12.3	Objeto da ação civil coletiva.....	969
25.12.4	Fungibilidade das ações coletivas.....	970

25.12.5	Diferenciação entre ação civil coletiva e consórcio multitudinário.....	971
25.12.6	Legitimidade ativa.....	974
25.12.7	A legitimidade do Ministério Público do Trabalho para a defesa dos direitos individuais homogêneos.....	975
25.12.8	Litisconsórcio ativo.....	981
	25.12.8.1 Dos colegitimados.....	981
	25.12.8.2 Dos trabalhadores individuais.....	981
	25.12.8.3 Legitimidade passiva	982
25.12.9	Competência.....	983
	25.12.9.1 Competência material e funcional.....	983
	25.12.9.2 Competência territorial.....	984
25.12.10	Tutelas de urgência na ação civil coletiva	985
25.12.11	Sentença com condenação genérica	987
25.12.12	Coisa julgada <i>erga omnes</i> e <i>secundum eventum litis</i>	988
25.12.13	Liquidação e execução da sentença	991
25.12.14	Execução de decisão de implantação de política pública ...	993
25.13	Processo coletivo passivo	995
	25.13.1 O novo Código de Processo Civil e as ações coletivas.....	997
	Anexo – Reforma trabalhista. Avanço ou retrocesso.....	1007
	Referências.....	1011